

O ESTUDO INTERDISCIPLINAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A ILHA DA RITA EM SÃO FRANCISCO DO SUL/SC¹

Cibele Dalina Piva Ferrari²

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes³

Resumo: pertencente ao município de São Francisco do Sul e localizada na baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina, a Ilha da Rita foi uma base naval de importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial. Este artigo objetiva compreender a Ilha da Rita de forma ampla, considerando seus aspectos históricos, sociais, econômicos, geográficos, ambientais e, principalmente, sua relação com os indivíduos, sobre como é representada e como poderá ser apropriada e ressignificada. Diante disso, optou-se pelo estudo interdisciplinar do patrimônio cultural a partir da identificação e análise das representações sociais. Utilizou-se, para isso, a Teoria das Representações Sociais e a compreensão de que estas são importantes para discutir o patrimônio cultural na contemporaneidade. A pesquisa bibliográfica buscou aprofundar os conceitos de representações sociais, patrimônio cultural, memória, identidade, identificação e interdisciplinaridade. O registro da memória oral foi feito utilizando a metodologia da História Oral, e as entrevistas confirmaram a hipótese de que ela é considerada um patrimônio cultural, bem como apresentaram dados sobre a ocupação da região, memórias sobre sua utilização enquanto base naval e apontaram caminhos para a discussão sobre a sua requalificação.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Representações Sociais; História Oral.

Abstract: the Ilha da Rita [Rita's Island] belongs to the city of São Francisco do Sul and is located in the baía Babitonga [Babitonga's bay], in the north coast of Santa Catarina. It was a naval base of strategic importance during the Second World War. This article aims to understand the Rita Island in a broadly context, considering its historical, social, economic, geographical and environmental aspects, especially its relationship with individuals, as is represented and as may be appropriate and resignified. Therefore we opted for the interdisciplinary study of cultural heritage from the identification and analysis of social representations. It was used for this, the Theory of Social Representations and the understanding that these are important to discuss the cultural heritage in contemporaneity. The bibliographical research aimed to deepen the concepts of social representations, cultural heritage, memory, identity, identification and interdisciplinarity. The record of the oral memory was done using the methodology of oral history and the interviews confirmed the hypothesis that it is considered a cultural heritage and presented data on the occupation of the region, memories of its use as a naval base and point to ways of the discussion on its requalification.

Keywords: Cultural Heritage; Social Representations; Oral History.

¹ Artigo apresentado no II Seminário Internacional de História do Tempo Presente, que ocorreu em Florianópolis/SC, em outubro de 2014. A discussão realizada no evento foi incorporada nesta versão.

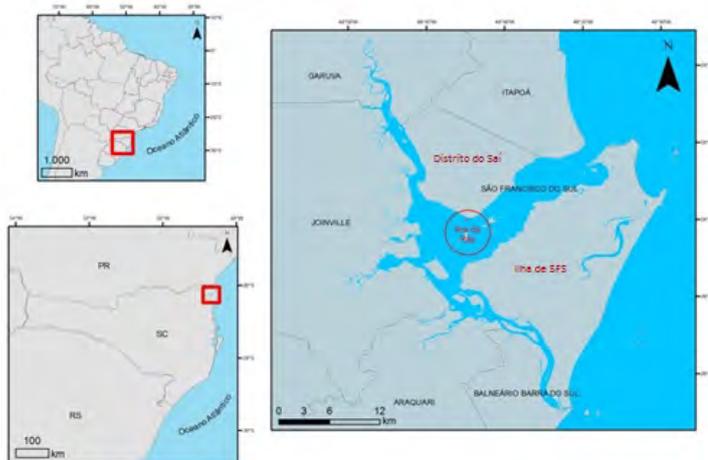
² Licenciada em História pela Universidade da Região de Joinville, pós-graduada em Gestão Escolar pela Furb e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Doutoranda em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc.

³ Graduada, Mestre e Doutora em História pela FFLCH-USP. Professora e pesquisadora da Universidade da Região de Joinville, no departamento de História e no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

O Patrimônio Cultural da Ilha da Rita

O presente artigo objetiva discutir as representações sociais sobre a Ilha da Rita, que se localiza em São Francisco do Sul, um dos seis municípios que compõem a baía Babitonga, no litoral norte de Santa Catarina. Esse município é formado pela ilha de mesmo nome e pelo Distrito do Saí, separados pela baía Babitonga e mais 24 ilhas, dentre elas a Ilha da Rita, que fica a apenas 400 metros do continente, como pode ser observado na Figura 1. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Ilha da Rita foi utilizada como base naval, servindo de ponto de abastecimento de água potável, carvão e óleo aos navios. Considerando a Ilha da Rita como um patrimônio cultural, por meio da análise das representações sociais, buscou-se suscitar memórias e verificar como os entrevistados a compreendem, o que ela significa em seus cotidianos e as possibilidades de preservação da mesma.

Figura 1 – Localização do território do município de São Francisco do Sul e da baía Babitonga. Em destaque, a Ilha da Rita.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

A pesquisa desenvolvida para a realização do presente artigo contou com revisão bibliográfica, contemplando leituras e análises de obras que tematizam a Teoria das Representações Sociais; a historiografia de São Francisco do Sul e região; os conceitos de patrimônio cultural, memória, identidade e, também, a metodologia da História Oral. Além da coleta de documentos escritos encontrados em diferentes arquivos⁴, foi consultado o acervo do Laboratório de História Oral da

⁴ Foram consultados arquivos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Univille – LHO, recorrendo às entrevistas referentes à Ilha da Rita feitas por outros pesquisadores, e foram realizadas 18 novas entrevistas orais com gestores municipais, lideranças locais, fuzileiros navais que serviram à Marinha na Ilha da Rita e outros cidadãos francisquenses. As entrevistas ocorreram de forma semiestruturada e seguiram um roteiro prévio e comum, sendo que os entrevistados foram escolhidos a partir da relação com o objeto de pesquisa, com o sistema educacional ou da cultura do município, e por meio do importante auxílio de uma rede de informantes entre a população local. Os gestores municipais foram entrevistados conforme disponibilidade e relação com a pesquisa. As entrevistas orais ajudaram a perceber as representações sociais sobre a Ilha da Rita, as ideias para reutilização do espaço, bem como as memórias sobre esse patrimônio cultural.

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida. Pelo estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem enquanto patrimônio cultural. Estudar a constituição deste patrimônio e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009). Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar, que fundamentam os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea.

Françoise Choay (2006) considera que o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo. Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas, de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a

identidade dignas de serem preservadas e difundidas. Diante disso, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade, sendo que estas escolhas são frutos de disputas e jogos de poder. Para estudar o patrimônio cultural, deve-se levar em conta o que ele significa dentro do contexto em que está sendo analisado e como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinado momento e local a seu respeito.

O estudo interdisciplinar do Patrimônio Cultural a partir da Teoria das Representações Sociais

Considerando as dimensões histórica e social e as relações estabelecidas pelos indivíduos com o patrimônio cultural, entende-se que a prática interdisciplinar é a forma de estudo que possibilita uma visão mais completa desse fenômeno. Acredita-se que a pesquisa do patrimônio cultural seja interdisciplinar por essência, pois está relacionada a aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, psicológicos, entre outros, e também à relação que os indivíduos constroem com ele, seja material ou imaterial. Defende-se, portanto, que seu estudo seja realizado dessa forma, buscando compreender as diversas questões relacionadas à constituição e ao seu reconhecimento pela sociedade. Investigar como um patrimônio cultural é composto, os conflitos de interesse que existem nessa formação e as implicações disso na vida cotidiana das pessoas é uma maneira de compreender como a sociedade se organiza, como desenvolve a sua história e como constrói seu futuro.

A produção historiográfica sobre o tempo presente encontra, nessa abordagem, um modo de compreender a organização social na contemporaneidade. Esse estudo pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e de como ele é construído, pois as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos. Tais percepções, enquanto material de estudo, são matéria-prima muito importante e também se transformam em ferramenta para ações pedagógicas

e políticas de transformação, porque retratam e refratam a realidade, segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Possibilita também a análise de seu comportamento frente ao objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009), as representações são produtos, mas também são processos dentro do contexto das interações sociais. São produtos porque possuem conteúdos organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos já que se trata também de um movimento de apropriação dessa realidade. As práticas culturais geram as representações que, por sua vez, motivam tais práticas.

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos, orientando as atividades sociais e transformando-se em posturas frente a essa realidade. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. Rodríguez (2004) concorda com Moscovici (2009) e afirma, ainda, que as representações sociais têm como função convencionalizar os objetos, descrever, classificar e explicar a realidade. Dessas funções se desdobram outras, relacionadas à comunicação e à orientação dos comportamentos; são justificadoras desses e também normatizam as relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou na criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

O estudo das representações sociais permite explicar o que une os indivíduos, um grupo, uma sociedade, e os faz agir conjuntamente. Com “o objetivo de permanecer unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117). Identificar e perceber quais são os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que o poder público desenvolva atividades relativas ao patrimônio cultural e voltadas aos

interesses da sociedade. Isso porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e de seu jogo representacional não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também para que ele possa transformá-las.

Memórias e Representações Sociais sobre um lugar de memória

Dentre todas as ilhas do arquipélago da baía Babitonga, suas memórias e lendas, destaca-se a Ilha da Rita (Figura 2), que fica localizada a cerca de 400 metros do Distrito do Saí, porção continental do município de São Francisco do Sul. O primeiro nome que se tem conhecimento dessa ilha é Ilha Vicente Pinto, que, segundo relatos (S. THIAGO, 2012; OZÓRIO, 2012), referia-se a um antigo proprietário. De acordo com os depoimentos orais, o nome Ilha da Rita também se deve à sua propriedade, contudo, não se sabe exatamente quando ela foi habitada pela Rita. Este é ainda o nome dado à personagem de uma das lendas que envolvem o local: a de que uma moça desce as escadarias de vestido branco esvoaçante⁵, sumindo enquanto passa pelo trapiche, assustando os guardas em sentinela (THIAGO; COELHO, 2001).

⁵ Existem várias lendas na região que envolvem o fantasma de uma mulher de branco que, em cada situação, recebe um nome ou um motivo diferente (SILVA, 2004).

Figura 2 – Foto aérea da Ilha da Rita.



Fonte: Acervo do Centro Memorial da Univille, 2000.

Na Ilha da Rita encontra-se atualmente um conjunto de bens arquitetônicos que, embora em mau estado de conservação, representa sua utilização como base naval. Além da residência principal em alvenaria com dois pavimentos, que servia ao oficial que detinha o posto de comando na ilha (Figura 3), existem, ainda na parte superior do local, os tanques para abastecimento de água (cujas tubulações em partes ainda estão ali) e de óleo. Na parte inferior estão o depósito de carvão mineral, com capacidade para cerca de 3 mil toneladas, e a residência coletiva dos marinheiros, que poderia abrigar aproximadamente 30 pessoas (Figura 4).

Figura 3 – Residência principal do posto de comando da base naval, hoje habitada pela família de um caseiro.



Fonte: Da Autora, 2011.

Figura 4 – Alojamento dos marinheiros.



Fonte: Da Autora, 2011.

Na parte baixa, próxima ao alojamento, está o trapiche da base em forma de T, com cerca de 50 metros lineares. O trapiche original havia caído e, no ano de 2011, passou por uma reforma⁶. Junto a ele há um pórtico construído em estilo art-decô, com o nome da base e os anos relativos à sua construção — 1937 a 1939. O trapiche dá acesso à escadaria que liga as partes superior e inferior da base naval.

⁶ A iniciativa da reforma foi da Univille e foi realizada com recursos do governo estadual.

A relação dessa ilha com a história naval do Brasil iniciou em 1918, quando a Marinha Brasileira adquiriu os direitos sobre a Ilha de Francisco José Dias de Almeida e também uma fazenda no Distrito do Saí, em frente ao local (THIAGO; COELHO, 2001). Na fazenda havia uma nascente, da qual posteriormente a água era conduzida por de tubos submersos até a Ilha da Rita e depositada em reservatórios especialmente construídos para o abastecimento de navios. Antes da construção da base naval, eles eram abastecidos com água coletada na propriedade e transportada em barcas. Prospecções arqueológicas recentemente realizadas⁷ evidenciaram remanescentes do fundamento de seis casas de madeira destinadas aos oficiais casados, que foram mencionadas nos depoimentos orais, e de boa parte dos canos de cobre e do seu apoio em alvenaria que abasteciam a ilha e os navios de água potável que vinha do continente.

A causa apontada para a compra da Ilha da Rita era a proteção da costa brasileira, tendo em vista que o fim da Primeira Guerra Mundial deixou a sensação de que os problemas estavam longe de serem resolvidos (THIAGO; COELHO, 2001). Com a iminência de outro conflito mundial, na década de 1930, outros locais em Santa Catarina estavam sendo estudados para a construção de uma base naval para abastecimento e proteção da costa, como a Ponta dos Ganchos, em Governador Celso Ramos (OLIVEIRA, 2013). Esses dois locais são apontados por relatos orais como sendo os únicos possíveis para a implantação de uma base protegida por uma baía no estado, sendo que muitos creditam a escolha da baía Babitonga em função da profundidade do canal (THIAGO; COELHO, 2001). No entanto, faz-se necessário frisar também que, conforme destacado por Roberta Nabuco de Oliveira (2013), a construção da base naval no local também ia ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro com a região, que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando apreensão ao governo de Vargas (OLIVEIRA, 2013).

A construção da casa do oficial comandante com água encanada — de acordo com Silva (2012), um luxo para a época —, as dependências da guarnição, com uma pequena oficina e alojamento para 30 praças com cozinha, e o tamanho dos tanques e do depósito de carvão são destacados por Coelho e S. Thiago como

⁷ As prospecções arqueológicas na Ilha da Rita e no Distrito do Saí foram coordenadas pela arqueóloga Dione Bandeira, auxiliada por pesquisadores do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural.

“indícios para a disposição da Marinha em montar um aparato militar na Ilha da Rita em decorrência das circunstâncias da Segunda Guerra Mundial” (S. THIAGO; COELHO, 2001, p. 52). Apesar da profundidade da baía Babitonga, ainda foi necessário aprofundar o canal natural ao redor da Ilha da Rita, o que reforça a hipótese levantada por Nabuco (2013) de que a escolha do local para abrigar a base naval não se deu apenas por suas condições geográficas, já que, neste aspecto, existiam locais mais favoráveis no estado.

A inauguração, ocorrida em 9 de março de 1940, com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, que cortou a faixa no pórtico (como é possível verificar na Figura 5), mexeu com a cidade e também com a região. Denominado popularmente como “pai dos pobres” e “protetor dos trabalhadores”, Getúlio Vargas tinha a simpatia de grande parte da população, e a exaltação que os jornais conferiram a essa visita ainda ecoam nas memórias e nas representações sobre a Ilha da Rita e sobre o município. No Centro Histórico existem as ruínas do hotel onde o presidente ficou hospedado, e essas informações são referenciadas aos turistas que passeiam pelo centro da cidade em um bonde turístico.

Figura 5 – Inauguração da Base de Abastecimento Naval de São Francisco do Sul na Ilha da Rita.



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul.

A Ilha da Rita atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial e funcionou entre as décadas de 1940 e 1960. Fuzileiros de diversas partes do Brasil serviram ali neste período, contribuindo com intercâmbio cultural na região

entre os habitantes da ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001). Alguns deles se casaram com moças da cidade, fixando residência, e algumas festas de casamento foram realizadas na própria Ilha da Rita. O convívio era estreito tanto com o Distrito do Saí, que era mais próximo, quanto com a sede do município. Os solteiros passavam seus dias de folga entre a cidade e o distrito, participavam de bailes, de conversas nas ruas e se integravam à ordem local. Dona Nilce de Almeida, esposa do fuzileiro Vicente Nunes de Almeida (2012), que serviu na base da Ilha da Rita, conta que apesar das moças se sentirem atraídas pelas fardas, os fuzileiros tinham má fama, e ela teve que enfrentar a família para casar. Conforme a proximidade com eles, os moradores podiam frequentar a ilha, fazer piqueniques e tomar banho na piscina construída ao redor dos tanques de óleo, que servia para proteção em caso de incêndio (THIAGO; COELHO, 2001).

O Sr. Elias B. Correia (2000)⁸ relata que os fuzileiros tinham um conjunto de músicos para animar os casamentos — e também participar dos bailes do distrito e da Ilha de São Francisco do Sul. O fuzileiro que serviu na base da Ilha da Rita, Sr. Odir Leite (2012), conta que como não havia televisão, passavam o tempo jogando dominó, bingo, batalha naval e cantando. Diz, ainda, que ali eram realizadas festas juninas. Tanto o Sr. Odir Leite como o Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) lembram, com orgulho, de como deixavam o lugar bem roçado, organizado, bonito, e que as mulheres dos fuzileiros cultivavam plantas, hortaliças, frutas e verduras na ilha. A relação destes dois fuzileiros com a cidade se aprofundou. Alguns de seus colegas deixaram apenas frutos de amores descompromissados, mas eles estabeleceram raízes e família, integrando-se a esse espaço e até trocando de profissão para não precisar mais mudar de cidade. Este é o caso do Sr. Vicente Nunes de Almeida (2012) que, para permanecer no local onde havia casado e constituído família, prestou concurso e ainda trabalha como conferente no Porto de São Francisco do Sul. As memórias dos fuzileiros, levantadas por meio das entrevistas orais realizadas sobre a Ilha da Rita para esta pesquisa, demonstram como os acontecimentos do passado são ressignificados aos olhos do presente. As

⁸ As entrevistas consultadas no acervo do Laboratório de História Oral da Unifal foram realizadas pelas professoras Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago e abordam os mais variados aspectos da ocupação histórica do Distrito do Saí e da Ilha da Rita, bem como lendas, aspectos culturais e econômicos.

dificuldades passadas na manutenção do local, a solidão e o medo das assombrações, por exemplo, passaram a ser pequenos detalhes recordados com carinho.

Como a Ilha da Rita foi perdendo sua função como base naval com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1968 a Marinha resolveu desativá-la e devolvê-la à União. O Sr. Odir Leite (2012), o último fuzileiro a servir na ilha, lembra com pesar de quando recebeu a notícia, vinda do Rio de Janeiro, de que a base seria desativada, pois gostava muito de trabalhar ali. Nessa ocasião, contam os relatos orais, quase todo o combustível foi retirado, sendo necessário arrebentar a piscina que havia ao redor. As seis casas de madeira dos oficiais casados foram desmontadas, bem como o telhado da residência coletiva, que foi retirado pela Marinha. O Sr. Paulo César Rocha (2000), filho do funcionário do porto que cuidava da Ilha da Rita — e que assumiu essa função após seu pai, afirma que a Marinha levou o máximo possível quando abandonou o local, inclusive o suporte para bandeiras feito de bronze.

A Ilha da Rita passou então à responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul, que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios e encarregar-se da administração e da realização de benfeitorias no local. Também foi utilizada como ponto de lazer, sendo a casa principal alterada para melhor atender aos grupos de funcionários do porto que ali gostavam de pescar. Contudo, todo o conjunto construído sofria com a ação direta da natureza, principalmente com a maresia, e a população “que tinha aquele espaço como uma referência majestosa da localidade, via seu patrimônio ser perdido pelo tempo” (BOHN, 2010, p. 42).

A modernização do porto e dos navios fez com que sua função principal, o abastecimento, fosse perdida. Com a intenção do porto em devolver a Ilha da Rita à União e a manifestação de interesse por parte da Universidade da Região de Joinville – Univille, em 1996, é que uma nova função foi se desenhando (THIAGO; COELHO, 2001). Com uma proposta interdisciplinar elaborada por diversos professores da universidade, a Univille recebeu a cessão da Ilha da Rita por 99 anos (THIAGO; COELHO, 2001). Desde 1999, a Ilha da Rita está cedida pela Marinha para a Univille, que vem realizando diversos estudos no local.

Considerações finais

O estudo em questão confirma que a Teoria das Representações Sociais é uma possibilidade interdisciplinar dentro das ciências humanas e sociais para o estudo das configurações da sociedade, já que ajuda a compreender as motivações envolvidas nos processos de decisão que interferem nas ações dos indivíduos acerca do patrimônio cultural. As representações sociais fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural, são construções simbólicas e estão relacionadas com as práticas sociais dos indivíduos, orientam os comportamentos, colaborando ou não na preservação de bens culturais, como é o caso da Ilha da Rita.

Os dados levantados demonstraram que as representações sociais identificadas referem-se à importância histórica da Ilha da Rita como base naval, bem como as atividades de lazer realizadas em contato com a natureza. Essas memórias fundamentam a identificação local com este patrimônio e são repassadas entre conhecidos e familiares. Além disso, percebeu-se o desejo dos entrevistados de que aquele patrimônio seja preservado para manter vivas as memórias de um período considerado importante para a comunidade. É a idealização desse patrimônio como um lugar de memória, é a materialização da memória em um lugar, uma história, que este espaço representa (NORA, 1993). O anseio de oficializar a Ilha da Rita em um lugar de memória denuncia a intenção de bloquear o esquecimento, de acordo com o que Nora (1993) afirma ser a intenção da criação desses lugares, servindo como referencial de memória e identidade.

Notou-se, nas entrevistas, uma preocupação com o fato de que os mais velhos que rememoram aquelas vivências e as mantêm vivas na memória coletiva estão morrendo, e a requalificação da ilha seria uma possibilidade de registrá-las e contá-las a partir dos remanescentes materiais, tendo em vista que a história ali representada é motivo de grande orgulho para essa população — razões como ter feito parte da Segunda Guerra e ter sido visitada pelo presidente da República exemplificam esse sentimento, além do destaque ao patrimônio natural da região da qual a Ilha da Rita faz parte.

Dessa forma, a partir das representações encontradas na pesquisa, defende-se que os projetos relacionados ao futuro da Ilha da Rita poderiam absorver o conceito de lugar de memória e perceber aquele bem em relação à

contemporaneidade, não caindo na intenção de uma retórica holística ou de um saudosismo da história ali representada. Perceber a relevância desse espaço na configuração atual da cidade e como os indivíduos podem e querem se apropriar dele no presente poderá contribuir para que os laços que unem a população à ilha se mantenham e possibilitem a continuidade dessa ligação identitária.

ENTREVISTAS ORAIS

ALMEIDA, V. N. Vicente Nunes de Almeida: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

CORREIA, E. B. Elias Barros Correia: depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

LEITE, O. Odir Leite: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

OZÓRIO, L. A. Luiz Augusto Ozório: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

ROCHA, P. C. Paulo César Rocha: depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

S. THIAGO, A. Arnaldo S. Thiago: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovicci, 2011.

BOHN, Letícia Ribas Diefenthaeler. *Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e herança cultural*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC, 2010.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: _____. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Roberta Nabuco de. *O Patrimônio Cultural da Base Naval da Ilha da Rita: Defesa, Segurança Nacional e o Perigo Alemão na Primeira Metade do Século XX*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC, 2013.

RODRÍGUEZ, Eulogio Romero (org.). *Representaciones sociales: atisbos, cavilaciones del devenir de cuatro décadas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SILVA, Angela Cristina. *Histórias e lendas de São Francisco do Sul*. São Francisco do Sul: Letradágua, 2004.

SILVA, Roberta Cristina. *Relatório Final do Projeto Rita*. Financiamento CNPq, 2012. (mimeo)

THIAGO, Raquel S.; COELHO, Ilanil. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. *Revista Univille*, Joinville (SC), v. 6, n. 2, p. 49-62, 2001.

Artigo recebido em 11 de fevereiro de 2015. Aprovado em 12 de dezembro de 2015.